

Michel Jesus/Câmara dos Deputados

XP POLÍTICA

A política na semana

11 de agosto

> A reforma da Previdência segue para análise no Senado, enquanto governo e parlamentares negociam qual reforma tributária deve tramitar

Na última semana, os deputados aprovaram em segundo turno da reforma da Previdência na Câmara. O oitavo e último destaque foi rejeitado pelo placar de 352 votos a 135, mantendo inalterado o texto aprovado em julho. A potência fiscal do texto aprovado é de R\$ 933 bilhões em dez, cerca de 30% acima das estimativas iniciais do mercado.

A proposta seguiu para o Senador Federal onde a tramitação tem menos etapas e o cenário base é de que não haja mudanças capazes de forçar a volta do texto para nova votação pelos deputados. **Nesta hipótese, é possível admitir que as novas regras do sistema previdenciário entrem em vigor em outubro ou novembro deste ano. Ainda assim, a equipe econômica reconhece que a proposta não será aprovada no “piloto automático” e que exigirá atenção e dedicação para que não haja alterações no relatório.**

No Senado, o texto passará pela Comissão de Constituição e Justiça, que tem até 30 dias para emitir um parecer, e depois vai a plenário para votação em dois turnos: o primeiro depois de cinco sessões de discussão e o segundo, depois de três. São necessários 49 votos favoráveis para aprovação. A PEC terá a relatoria de Tasso Jereissati (PSDB-

-CE), tucano, como o responsável pelo texto na Câmara Samuel Moreira (PSDB-SP). A promessa do relator é entregar o parecer para votação em até três semanas. **O ponto mais ressaltado por Jereissati nos últimos dias, e que merece ser sublinhado, é a importância de o Senado debater o tema, mas sem modificar o cerne da proposta.** “O nosso compromisso com o país e com o Senado é de que o coração da reforma não volte para a Câmara, para lá na Câmara começar todo o processo novamente. O país não suporta isso”, disse o relator.

Uma ala de senadores defende, no entanto, que a Casa não seja apenas “carimbadora” das propostas que vêm da Câmara e, de fato, discutam e decidam – mesmo que isso signifique mudanças. A saída para equilibrar interesses é a chamada PEC paralela, uma nova proposta que começará no Senado e abrigará novas demandas dos senadores e propostas que não vingaram entre os deputados, como a inclusão de estados e municípios na reforma.

Essa nova PEC será uma espécie de repositório de demandas e artifício para evitar que a busca por protagonismo do Senado atrase a conclusão da reforma. Essa estra-

tégia aceita as chamadas modificações de texto, sem alteração significativa de conteúdo. Um exemplo é a permissão para que os estados tenham as próprias alíquotas em caso de déficit.

A deliberação do Senado sobre a futura indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República, tem pouca envergadura para inviabilizar a tramitação da proposta da Previdência na Casa. A expectativa é de que, no máximo, a movimentação em torno dessa indicação signifique algum atraso no cronograma da reforma. Nessa semana, Eduardo começou a percorrer os gabinetes de senadores em campanha pela liberação para assumir o cargo. O filho de Jair Bolsonaro será sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e depois terá a indicação votada em plenário pelos senadores.

Tributária - um longo caminho

Terminado o debate sobre Previdência na Câmara, a Casa já se concentra no que pretende ser o tema do segundo semestre: a reforma tributária. Duas propostas tramitam, uma no Senado e outra na Câmara e um terceiro texto está sendo elaborado pelo governo. **Os presidentes das casas legislativas se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta semana para tentar amalgamar as três propostas. Um primeiro sinal de entendimento dá conta de que a proposta da Câmara, elaborada por Bernard Appy, deve ser a escolhida para avançar e unificar, ao longo da tramitação, propostas das outras correntes.**

Apesar de já estar na Comissão Especial, presidida pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA), essa nova reforma trata de um tema menos maduro, se comparado com a previdência, e com grandes desafios pela frente. O principal deles é a posição dos governadores, que terão mais relutância em fazer concessões considerando o ambiente de dificuldades fiscais. As principais exigências dos estados são um fundo de compensação na fase de transição e que a União seja aliada do comitê que vai gerir esses recursos.

Ainda que o principal objetivo das propostas em debate seja simplificar a cobrança dos tributos e impostos, outro obstáculo da reforma tributária é a própria dificuldade dos parlamentares de mudar regras que po-

dem afetar setores econômicos ou regiões que lhes dão sustentação eleitoral. O fato de estarmos a pouco mais de um ano das eleições municipais também torna mais delicado ainda o ambiente para a discussão de um tema tão complexo como a mudança nas regras de tributação.

Do ponto de vista político, a proposta está bem blindada tendo como autor o emedebista Baleia Rossi (SP), no comando da comissão de mérito outro emedebista bastante alinhado com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, depurado Hildo Rocha e como relator o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da maioria na Casa. A preocupação agora é evitar rompimento do pré-acordo com o Senado para que a Câmara tome a frente no tema. "Não vai ter problema nenhum. Não vai ter disputa. O legítimo representante da federação é o Senado. Nós temos que entender isso, assim como entendemos que o representante da população é a Câmara. E todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Então, nada mais natural que seja iniciada na Câmara".

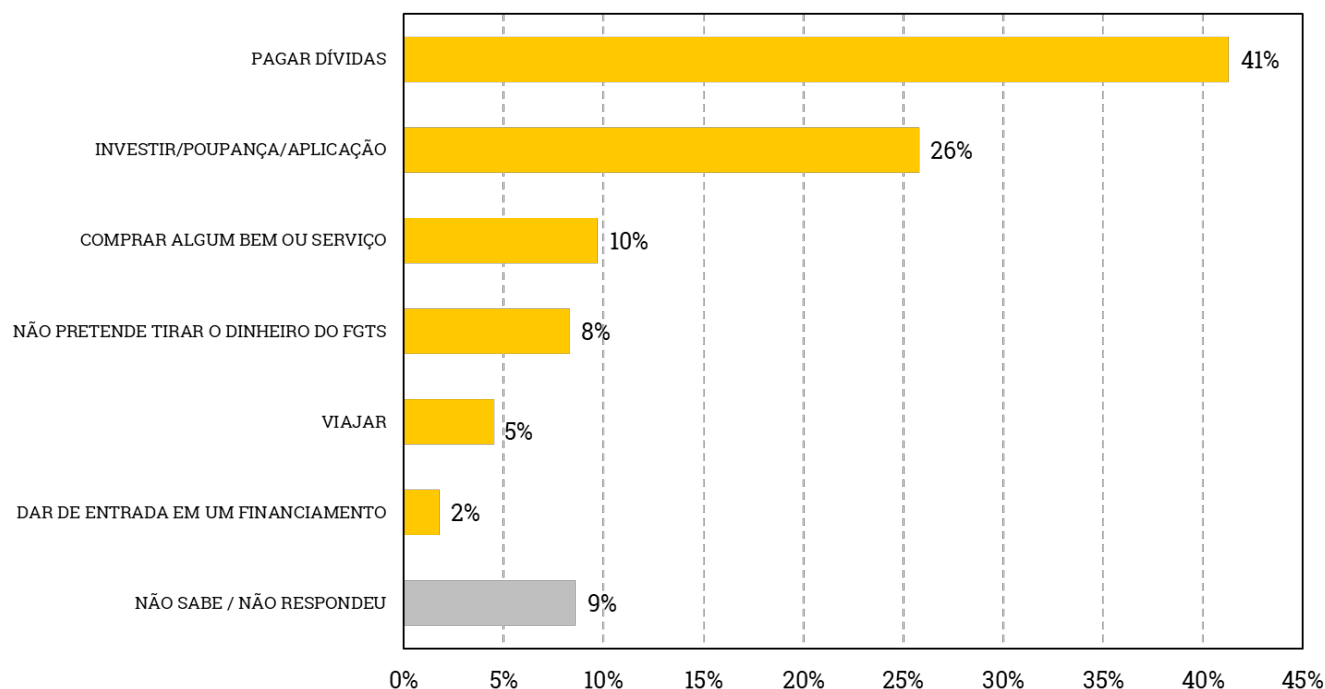
“O nosso compromisso com o país e com o Senado é de que o coração da reforma não volte para a Câmara, para lá na Câmara começar todo o processo novamente. O país não suporta isso”

Tasso Jereissati, relator no Senado da Reforma da Previdência

Liberação do FGTS

Destinação do dinheiro liberado

- O que farão os beneficiados e o que fariam os que não serão beneficiados -



Pesquisa XP/Ipespe

A rodada de agosto da pesquisa XP Ipespe mostra que **41% dos entrevistados pretendem usar o dinheiro liberado do FGTS para o pagamento de dívidas. Apenas 10% tem a intenção comprar algum bem ou serviço e outros 26% planejam investir ou aplicar o valor.** Esses dados apontam na direção oposta da intenção do governo de aquecer a economia com a liberação dos recursos do FGTS. Quando perguntados sobre se terá direito ao saque de valor do fundo, 76% da população responderam que não acham que serão beneficiados. No mesmo sentido, 55% dizem que pretendem optar por manter a regra atual de retirada do saldo do FGTS em caso de demissão. Outros 36% admitem aderir à nova modalidade proposta pelo governo se saque anual. Foram realizadas 1.000 entrevistas, nos dias 5, 6 e 7 deste mês.

A reforma Tributária, em discussão no Legislativo e no governo, também foi tema da pesquisa deste mês. De acordo com 43% dos entrevistados, **o principal problema do sistema tributário brasileiro é a elevada carga de impostos, enquanto outros 32% responderam falta de transparência e injustiça na cobrança. Apesar disso, praticamente metade dos respondentes afirmou ainda**

não ter tomado conhecimento dos debates sobre a reforma (48%), enquanto outros 50% disseram estar a par do assunto. 73% disseram não fazer ideia alguma da proporção da renda pessoa usada no pagamento de impostos. Somente 18% afirmou saber de forma aproximada.

Pelo segundo mês seguido, o levantamento registrou estabilidade, dentro da margem de erro, na avaliação do presidente Jair Bolsonaro. Em agosto, 38% avaliaram o governo como ruim ou péssimo (eram 35% em julho), enquanto 33% declararam fazer uma avaliação boa ou ótima do governo (praticamente mesmo patamar do levantamento anterior).

Os entrevistados foram questionados também sobre as declarações polêmicas de Bolsonaro no último mês. 55% avaliaram as falas do presidente como inadequadas, enquanto 43% classificaram como normais. Questionados sobre o impacto dessas frases para a administração do país, 44% disseram que atrapalham muito contra 54% que avaliam ter pouco ou nenhum impacto. A pesquisa perguntou ainda sobre a indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PS-L-SP) para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos: 62% se disseram contra a nomeação.

XP POLÍTICA

Daniel Cunha
Estrategista Macro

Paulo Gama
Analista Político

Debora Santos
Analista Política

Sol Azcune
Analista Política



@orichardback



@opaulogama

Richard Back
Analista Político Chefe

Victor Scalet
Analista Político

Erich Decat
Analista Político

Alexandre Maluf
Marina Pera



XP Frequência Política

Disclaimer

1) Este relatório foi preparado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos") e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM nº 483, de 6 de julho de 2010.

2) Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e análises políticas, e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra/venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra/venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A XP Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem a opinião atual do responsável pelo conteúdo deste relatório na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. A XP Investimentos não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.

3) O responsável pela elaboração deste relatório certifica que as opiniões expressas nele refletem, de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação a XP Investimentos.

4) Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo agentes autônomos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida a sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.

5) A XP Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo.

6) A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.

7) Para maiores informações sobre produtos, tabelas de custos operacionais e política de cobrança, favor acessar o nosso site: www.xpi.com.br.